



Assembleia Municipal de Odívelas

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

ATA Nº 19/016

**ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODÍVELAS**

Aos **vinte e seis** dias do mês de **outubro** do ano **dois mil e dezasseis**, pelas **vinte horas e vinte minutos**, reuniu a Assembleia Municipal de Odívelas, em **15ª Sessão Extraordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odívelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Parda Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins como 1ª e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 – Análise às UOPG do Concelho de Odívelas -----

PONTO 2 – Proposta de Aprovação de Relatório de Acompanhamento e Avaliação de Ação de Reabilitação Urbana Referente ao Ano de 2015 -----

PONTO 3 – Proposta de Esquema Diretor e Redelimitação da UOPG-10-Vila de Caneças -----

PONTO 4 – Proposta de Aquisição de Prestação de Serviços de Auditoria Externa na Câmara Municipal de Odívelas -----

PONTO 5 – Proposta de Aumento de Comparticipação Financeira para a Época 2016/2017 – Programa Clube do Movimento -----

PONTO 6 – Proposta de Alteração aos Estatutos da AMEGA; -----

PONTO 7 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal: n.ºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, respeitantes ao ano de 2016. -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

(Handwritten signature and initials)

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Rui Cabral**, pelo membro **Luís Gameiro**;-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Monteiro**, pelo membro **João Lourenço**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Lídia Mateus**, pelo membro **José Rodrigues**.--

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Pedro**, pelo membro **Florentino Serranheira**.-----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pelo membro **Luís Santos**-----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **João Curvelo**, pelo membro **Paulo Gonçalves**--

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **37** Membros da Assembleia Municipal.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, Hugo Martins**, e os **Senhores Vereadores** que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores: **Paulo César Teixeira, Edgar Valles, Fernanda Franchi, José Esteves**, pela bancada do **PS**, **Rui Francisco** pela bancada da **CDU**, **Carlos Bodião** e **Ana Isabel Gomes** pela bancada do **PSD**.-----

Havendo quórum o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início reunião-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registaram 6 inscrições.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures in blue ink)

Carla Sofia de Almeida Vital Quinta - falou sobre a alteração de horários escolares do 1º ciclo desde o início das aulas. -----

Baltazar Pinto – falou sobre problemas relacionados com excesso de alunos na EB1 do concelho -----

Joana Amado – cedeu o seu tempo à Sra. Dª Ana Caneiras -----

Pedro Mateus – não compareceu-----

Ana Caneiras - falou sobre as questões sobre funcionamento da EB 1 Bernardim Ribeiro. -----

Mário Oliveira da Fonseca - falou sobre o CAC da Pontinha. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

PONTO 1 – Análise às UOPG do Concelho de Odivelas -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Coordenador da Comissão de Planeamento Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Municipal**, para apresentação do ponto, que seguidamente se transcreve -----

*“Podemos estar a ser injustos mas certamente poucos deputados municipais se debruçam sobre este tema, mas é precisamente aqui que começa uma nova era após o PDM que foi aprovado no ano passado. Digamos que, o PDM aprovado foi como aprovar um documento na generalidade e agora todas as modificações ao mesmo, que foram referenciadas e delimitadas pelas UOPGS e SUB UOPGS, que estão agora descritas de forma mais correta em **Unidades de Execução** ou **Sub-Divisões**. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Estas ações vão detalhar o território conforme aquilo que o executivo e respetivos serviços têm em mente tendo em conta as expectativas dos detentores do espaço onde as mesmas se inserem, e também, esperamos nós, de acordo com aquilo que a o executivo considera ser de interesse relevante para o concelho. -----

É óbvio que, não se pode agradar a todos, mas, o mais grave é que muitos dos agentes políticos, sejam eles vereadores, membros da assembleia municipal e membros das assembleias de freguesia não têm noção daquilo que está em jogo. -----

Tudo é importante em todos os departamentos e tudo o que se faz deve ser valorizado, mas quase tudo pode ser mudado e a maior parte das vezes trata-se de gestão corrente que, como já referi, sendo importante muda continuamente. -----

O que não muda é o território, o espaço físico, aquilo que se constrói e que perdura muitas vezes ao longo de dezenas de anos. -----

Isso não muda e raramente há possibilidade de reverter o que foi feito, não aquilo que foi bem feito mas aquilo que poderia ter sido feito de determinada forma e não foi porque, eventualmente houve um erro, uma análise incorreta, provavelmente o facilitar de determinada solução para determinada entidade. -----

Não estamos a insinuar o que quer que seja mas sabemos perfeitamente que há muitas formas de, cumprindo a lei, contorná-la na sua essência. -----

Só para dar um pequeno exemplo, temos as Colinas do Cruzeiro com toda aquela brutal densidade e na qual contaram como espaços verdes ou de descompressão os separadores centrais, rotundas e pequenos canteiros junto aos edifícios. -----

É legal o que foi feito, certamente que sim mas essa não foi a intenção de quem fez a Lei. -----

Ora, e nisso penso estar acompanhado não só pelos membros da comissão mas também pela generalidade dos membros da assembleia municipal não é uma forma correta de contabilizar a área que deve ser cedida à câmara como área verde e que deveria ser usufruída pela população como local de descompressão. -----

Isto para não falar em espaços para equipamentos, que, muitas vezes, são insuficientes. -----

Podemos e devemos não ser tão rígidos (dentro da lei como é óbvio) na forma como aceitamos esses espaços, especialmente se forem para legalizar habitações em AUGIS, mas isso não se justifica em médias e grandes urbanizações. -----

Há poucos anos dizia-se que o principal fator de valorização de um terreno tinha a ver com o detentor da propriedade do mesmo. É verdade. Aliás tivemos vários exemplos que já aqui referi nesta assembleia municipal. E isso agora não se verifica tanto porque a situação económica do país ainda não o permite. ----

Este não é certamente o PDM com que alguns sonhavam ou imaginavam melhor dizendo, porque se assim fosse não deixava tanto espaço para modificações à medida, que são dadas pelas UOPGS. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Mas também não foi um documento bem pensado, aliás, se assim fosse não haveria agora necessidade de se estar a discutir estes núcleos de território que foram criados porque não havia uma estratégia delineada para o mesmo e aqui temos de tudo um pouco: -----

Temos: -----

- Recuperação ou tentativa de recuperação de núcleos antigos; -----
- Recuperação ou tentativa de recuperação de zonas degradadas; -----
- Expansão habitacional. -----

Informaram-nos que pouco mais havia de espaço para construção, aliás isso esteve presente na discussão do FDM no ano passado, mas vai havendo espaço para mais um núcleo habitacional. Com imaginação tudo se consegue. -----

E depois coloca-se uma pergunta – Porque é que para alguns se facilita e para outros se dificulta. -----
É evidente que, quem tem informação tem certamente poder. -----

Sabendo que cada um membros desta assembleia dá uma importância relativa a este tema, arriscámos a trazer a esta este ponto à assembleia municipal que é o local próprio e aí tenho de agradecer os contributos de todos os membros da Comissão de Planeamento Ordenamento do Território a Ambiente e muito em especial ao Carlos Lopes que compilou a vai fazer a apresentação daquilo que a Comissão teve oportunidade de ver no terreno. -----

É claro que não houve oportunidade de ir ao pormenor, mas este ponto que foi agendado mais não é do que o começo de uma discussão que vamos aprofundar e aí agradecemos desde já as explicações que nos sejam dadas pelos responsáveis e pelos técnicos da câmara. -----

Lamentamos unicamente o pouco tempo que temos para uma discussão mais cuidada mas isso foi devido ao atraso com que nos chegaram os documentos, mas certamente todos vamos fazer o possível para dignificar esta assembleia. -----

Mas a falta de tempo é evidente, mesmo sendo regimental e portanto vão ficar muitas perguntas por fazer e muito por explicar, mas esperamos que isso seja feito até ao final do mandato.” -----

Foi dada a palavra ao 1º **Secretário da Comissão de Planeamento Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia Municipal para apresentação de um power point sobre as UOPG** -----

No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

"UOPG 15 (NORTE DA RAMADA) -----

Há uma dúvida que foi levantada há algum tempo e que começou com a UOPG 15 (Norte da Ramada) que tem a ver com o termo inicialmente utilizado de SUB-UOPGS, termo este que não tinha sido referido quando da aprovação do PDM, suscita alguns esclarecimentos. -----

Relativamente a esta UOPG foi criada a Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima, abandonando-se a divisão das UOPGS não em SUB-UOPGS mas em Unidades de Execução termo este que consta no PDM aprovado no ano passado e que nos parece mais adequado. -----

Os objetivos desta Unidade de Execução vêm mencionados na documentação que nos foi entregue e compreendemos em parte a intenção que pensamos ser da integração da AUGI com uma pretensão de loteamento por parte de firma Sociedade de Construções Caracol e Filhos, Ld.ª. -----

Podemos verificar pela informação em nosso poder que a Unidade de Execução é subdividida em três Unidades de Intervenção: -----

Unidade de Intervenção A: -----

Parcelas 3, 5 e 6, que é a AUGI com a área total de 15,279 m2. -----

Unidade de Intervenção B: -----

Parcelas 1,2,4,7,8,9,10,11,15,16,17 e 25, com um total de 57,706 m2, para desenvolvimento da operação urbanística de loteamento, assegurando as acessibilidades, áreas de espaços verdes de utilização coletiva e áreas para equipamentos. As parcelas 2,4,7,8 e 9 são propriedade da firma Caracol e Filhos, Ld.ª (área total para construção 25,238 m2). -----

Unidade de Intervenção C: -----

Parcelas 13,21,22,23 e 24 com um total de 23,030 m2, para loteamento à mesma firma e nas mesmas condições da Unidade de Intervenção anterior. -----

No mapa nº. 1 ficamos com uma noção daquilo que se propõe em termos de áreas. -----

No mapa nº 2 (Planta de Síntese) deveria estar bem explícito qual é a área verde mas a mesma está mencionada como área remanescente. -----

No mesmo mapa podemos verificar que a parcela 21 fica mesmo junto ao IC22. -----

Igualmente saber se nas áreas de cedência não estão incluídos terrenos remanescentes das expropriações para a realização do IC22 e igualmente terrenos dificilmente aproveitáveis que se situam em declives resultantes das cotas mencionadas nesta Unidade de Execução. -----

E já agora se os terrenos de cedência para equipamentos e zonas verdes nesta Unidade de Execução são efetivamente aproveitáveis para usufruto da população. -----

A pergunta tem a ver com experiências anteriores (mais concretamente nas Colinas do Cruzeiro) onde foram consideradas áreas verdes os separadores centrais das avenidas e as rotundas, que, sendo que estas áreas verdes não são áreas aproveitáveis para usufruto da população. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Se queremos efetivamente um concelho melhor devemos cumprir aquilo que é o espírito da lei, que pensamos ser de facto as populações poderem usufruir de amplos espaços de descompressão a não de jardinzinhos conforme já tivemos oportunidade de ler em alguns documentos produzidos pelos serviços. -- Aliás pode ler-se na página 4 e seguinte: -----

"Potenciar a afirmação deste território expetante, na assunção da nova centralidade polarizadora, em torno da entrada norte do concelho e da acessibilidade conferida, configurando-se como importante catalisador de novas atividades, num território que se apresenta desconfigurado, excêntrico, periférico". -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Se olharmos para uma carta onde estejam definidas as 18 UOPGS do Concelho é fácil concluir que as mesmas incidem sobre aproximadamente metade da área territorial concelhia. -----

A Oeste deixam de fora uma extensa área ocupada por Augis e a Norte ficam de fora a maioria das áreas rurais de Caneças. -----

Em termos de ocupação territorial, pela sua extensão e potencialidade, tem especial relevo a UOPG 12 definida como área empresarial de Famões. -----

De entre os objetivos perseguidos com a integração sistémica no planeamento urbanístico das UOPGs e Unidades de execução, deve lembrar-se a imprescindível articulação entre as diversas centralidades, desde o nível concelhio ao nível mais restrito de bairro ou de zona. -----

Esta articulação de centralidades (pedra de toque para a construção de um concelho funcional, equilibrado e moderno), inclui necessariamente a definição de uma rede viária compatível e não pode deixar de medir o impacto das diversas ações urbanísticas sobre os equipamentos e infraestruturas várias já existentes e que servem de suporte a um urbanismo que se pretende de qualidade e proporcionador de qualidade de vida a quem aqui reside ou trabalha. -----

Se assim não se proceder as UOPGs serão despojadas da sua real valia e pouco mais serão que um mecanismo facilitador de um urbanismo na realidade comandado pelos interesses privados ao seu ritmo e em claro detrimento do interesse público. -----

Enunciado este princípio que se nos afigura como imprescindivelmente orientador vamos por questões de tempo disponível, adiantar algumas reflexões genéricas sobre as UOPGs já avançadas e em discussão.---

Começemos pela UOPG 15 (Norte da Ramada "28,6ha". -----

Em sede de proposta de Plano, pode ler-se (pág. 127) e passamos a transcrever:

"Deverão se elaborados estudos de mobilidade e de transporte adequados ao impacto desta intervenção no sentido de promover a melhoria e integração no restante sistema do Município". -----

Acrescentemos que ao impacto da intervenção referida e que incide principalmente sobre os solos expetantes há que metodologicamente juntar e adicionar os compromissos já assumidos e que igualmente



Assembleia Municipal de Odivelas

devem interferir na programação urbanística e na medição do seu peso específico das operações em causa. -----

Esta nota metodológica deve aplicar-se obviamente a todas as Unidades Operativas. -----

Assim sendo, aos cerca de 200 fogos previstos para solos expetantes urbanizáveis e à área para atividades económicas há que juntar os compromissos já assumidos nos quais se contam 1,8ha de espaço urbano definido como consolidado nível 1 e 2,2ha de espaço urbanizado consolidado nível 2 os quais (pensamos) poderão conduzir a mais cerca de 68 fogos a construir. -----

Tudo somado, os números conduzem-nos ao acréscimo de cerca de 270 fogos. -----

Gostaríamos sobre a Unidade execução correspondente à UOPG 15 A deixar as seguintes notas: -----

1ª respeitante aos espaços verdes de enquadramento os quais confinam em grande medida com o IC22 e se concretizam em taludes, que impossibilitam a sua utilização. -----

A Norte de um dos depósitos de água e a Sul de outro o verde de proteção e enquadramento situa-se em terrenos municipais. -----

2ª A Este do IC 22 surge a proposta de edifícios de 4 pisos e pouco se entende da forma como o tecido urbano será prolongado para Sul. Assim sendo parece claro que os limites desta UOPG 15-A foram definidos a partir da dinâmica privada: a UOPG bem como limite a área correspondente aos interesses de um privado. -----

3ª O argumento da delimitação definida como meio de “cozer” um território dilacerado por uma via rápida. Pensamos que tal argumento deve ser utilizado com cuidado pois como sabemos uma articulação correta dos territórios em causa pressupõe evidentemente a existência de uma ligação viária a qual não estás prevista, -----

No planeamento urbanístico do Concelho definição e articulação das diversas centralidades parece ser uma questão decisiva para a qualidade de vida, daí que insistamos nela. -----

Pensamos que seria positivo que se elaborasse uma carta concelhia síntese das diversas centralidades já equacionadas. Tal carta, estamos em crer, daria um importante contributo para a análise das operações urbanísticas em sede de cada duma das UOPGs. Teria ainda a vantagem de articular essas unidades com as centralidades já existentes e de tornar mais fácil a leitura dos seus impactos. -----

Como sabemos a maioria PS/PSD que preside ainda aos destinos do Município, defendeu em sede de discussão do PDM, que afinal Odivelas não era um Concelho muito betonizado. Daí teria talvez concluído que o aumento dos índices urbanísticos era uma questão menor. Como sabem, discordamos em absoluto desta análise a qual não resiste a uma qualquer fotografia panorâmica. -----

O modelo de gestão baseado na contínua expansão de áreas construídas faliu. Se somarmos os compromissos assumidos com as propostas que se retiram do desenvolvimento das UOPGs então não será difícil concluir que o que se espera é que venha aí mais betão. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Aqui afirmamos que o futuro desmentirá esta miragem do sucessivo crescimento urbano pois a realidade económica e social do País se encarregará de mostrar que quase tudo ficará no papel. -----

Podemos prever solos e licenciamentos parana Zona norte da Ramada -----

... Fogos na Póvoa -----

... Na UOPG de Famões -----

... Fogos na Arroja -----

E por aí fora ... -----

Na realidade o que acontecerá é apenas o aumento dos direitos adquiridos pelos privados sobre o território concelhio. -----

Enquanto isto vai decorrendo podíamos perguntar (olhando para o território já construído) se não valeria a pena equacionar um parque central verde devidamente equipado para os terrenos anexos ao Mosteiro de S. Diniz. -----

Podíamos perguntar-nos se todo aquele equipamento e solo disponível não serão a derradeira oportunidade para dar alguma qualidade de vida a uma freguesia altamente betonizada como é a de Odivelas. -----

Podíamos perguntar-nos se não temos ali a hipótese de redefinir uma forte centralidade estruturante para todo o Concelho. -----

Se traçarmos um círculo com o raio de 1km com centro na área do Mosteiro entendemos bem a forte centralidade do território que lhe respeita. -----

José Miguel Ramos, pela bancada do PS -----

Armindo Fernandes, pela bancada da CDU - *“Sr. Presidente é só para completar a intervenção do meu amigo e colega Luís Salmonete e devolver à assembleia o CD que nos entregaram, que está completamente em branco, não tem nada”. -----*

José Pignatelli, pela bancada do CDS/PP, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve. ----

“A apresentação da Comissão Municipal de especialidade do Ordenamento e do Planeamento do Território e Ambiente mostra que uma considerável percentagem do território do concelho de Odivelas se encontra doente. -----

A comissão municipal socorreu-se da imagiologia e o diagnóstico mantém-se impreciso. Generalizemos o veredicto: Estamos perante bactérias indefinidas e a urgência em se encontrar a molécula medicamentosa mais eficaz para cada caso, evitando que este surto epidémico se mantenha a muito longo prazo, ainda



Assembleia Municipal de Odivelas

que saibamos que contrariar estes bacilos carece de muito investimento e, nestes casos, boas vontades dos privados e da administração local. -----

No conjunto das radiografias que se tiraram, encontramos um território muito deprimido com áreas urbanas críticas, espaços urbanizáveis vazios e ou ocupados por pré-fabricados, contentores ou armazéns improvisados, territórios consolidados desestruturados, agregados urbanos mais antigos degenerados e abandonados, espaço público sem intervenção ou degradado e também estruturas de saneamento que não se encontram ligadas à rede pública de águas residuais. -----

Outro dos flagelos radiografados, que tantas vezes se evita falar, é a persistência de uma outra bactéria perfeitamente determinada: a ausência de uma estratégia no âmbito da mobilidade, muito pela incapacidade de projetar uma rede rodoviária que ultrapasse a presente malha de vasos capilares que se cruzam e descruzam, em muitas áreas urbanas do concelho. -----

Viajámos pelas 18 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão do Concelho de Odivelas que no essencial suportam o novo e primeiro Plano Diretor Municipal de Odivelas que é como que um primeiro mecanismo de planeamento de escala intermédia entre o PDM e os planos de pormenor que a Câmara Municipal ora designa por subUOPG ou Unidades de Execução, este último conceito bem mais assertivo face aos decretos regulamentares da Direcção-Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano.-----

-Portanto, estamos perante a criação de uma marca de antibiótico generalista a que se chamou de UOPG - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão do território - que tem 18 embalagens cuja distinção é alfanumérica. Todas têm as mesmas premissas: Objetivos Gerais de Desenvolvimento, Objetivos Programáticos e Condições de Execução e Compensação. -----

Mas encontram-se diferenças no conteúdo, nas paletes de drageias – que se classificam como unidades de execução - de vários tamanhos, cores, posologias, e com os textos das bulas ligeiramente diferentes, adaptados a cada bacteriazinha intermédia. -----

Ainda assim, os princípios gerais são semelhantes, tantas vezes sinónimos e repetem-se, tais como reconversão urbanística, qualificação urbana e ambiental, reestruturar e requalificar a ocupação urbana, qualificar a imagem urbana e paisagística e muitos outros detalhes também nos domínios das atividades socioeconómicas e socioculturais. Percebe-se a adaptação dos textos a cada uma das 18 áreas territoriais, das tais 18 caixas de antibiótico. -----

O território que acabámos de ver em imagens carece de tratamento emergente, mas acima de tudo de um olhar minucioso para cada parte dele para que se decida sobre qual o doente mais fácil de curar, onde o medicamento possa ter maior efeito, pois não podemos deixar morrer estes 18 pacientes. -----

Recordo dois exemplos, onde só a vontade política será determinante para uma resolução razoável, a Serra Dona Laura (UOPG 17) e Carvalheiro e Casal da Azenha (UOPG 4), ambas na União de Freguesias Ramada Caneças, pois são feridas mais pequenas, onde, seguramente, a promoção do diálogo entre



Assembleia Municipal de Odivelas

pacientes e os seus curandeiros será mais proveitoso. -----

Obviamente que na Serra Dona Laura teremos de ajuizar por exemplo saneamento que não se encontra ligado à rede já de si frágil, pois trata-se de uma rede primária supostamente construída pela comissão de moradores, e que, por sua vez, se encontra ligada a um coletor principal; enquanto no Carvalheiro e Casal da Azenha carece de reflexão pela ausência de espaço público qualificado, mas sobretudo a utilização de terrenos permeáveis para depósitos de componentes e partes ou carcaças de automóveis das oficinas que ali se encontram estabelecidas que têm grande fluxo de trabalho pelas suas especificidades e qualidades amplamente reconhecidas. -----

Hoje, haverá a tendência para referenciarmos a UOPG 15 "Norte da Ramada" por já se apresentar a estratégia da unidade de execução, consubstanciada nas Granjas Novas de Cima, com 12 hectares, e que mereceria maior tempo de debate, face á volumetria urbanizável num local discutível, tanto nos domínios dos solos, das acessibilidades para o exterior do concelho ou mesmo para a sua periferia, mas acima de tudo na passagem para o interior da freguesia da Ramada, onde se encontram os equipamentos dos serviços públicos, semipúblicos e privados essenciais ao nosso quotidiano. -----

No âmbito desta unidade de execução fica-nos uma outra dúvida: como será tratado o espaço contíguo à via designada por IC22 que tem uma elevada quota de desnível ao longo do terreno contíguo à área urbanizável proposta. -----

Também já se conhecem duas das unidades de execução da UOPG 12 "Área Empresarial de Famões", com planos de ação para o Pólo Empresarial Poente e para as Colinas dos Cedros (mais conhecida como Quinta dos Cedros e Quinta do Avô Henrique), onde se prevê sobretudo área urbanizável privada, entenda-se do género condomínio fechado. -----

A iniciativa da Comissão de Ordenamento e Planeamento do Território e Ambiente colocou-nos dentro de uma realidade angustiante: É urgente combater uma bactéria quase gigantesca sobe pena de ela matar todos os doentes. -----

A Câmara Municipal de Odivelas tem de definir um desenho mais ou menos universal para distinguir e criar uma coerência nos planos de pormenor. Trata-se de ter coragem para planear, para garantir o equilíbrio urbanístico, acautelar a qualidade futura do espaço público e de se debruçar e atender á mobilidade no território, um dos maiores problemas no interior do concelho. E cito um pequeno exemplo: Uma jovem estudante da escola secundária da Ramada que vive em Famões, no Bairro de S. Sebastião, tem de utilizar a carreira 4, da Rodoviária de Lisboa, em direção às estações de metropolitano do Sr. Roubado e de Odivelas, para depois servir-se da carreira 225 em direção à Ramada, pois esta só tem paragem junto ao metropolitano de Odivelas. E para utilizar estes meios de transporte carece de um passe combinado com o custo mensal de 49,65 euros ou adquire dois bilhetes de 2,25 euros cada, agora até 31 de Dezembro, com o mega desconto, fica por 1,50 euros cada. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

E termino com uma reflexão: Não devemos sossegar à sombra dos supostos benefícios destes antibióticos, ponderando a ideia de que o PDM pode ser revisto após 10 anos. -----

A organização do território com o consequente planeamento das intervenções desejáveis onde se consubstancia inquestionavelmente a expansão urbana e a qualidade do espaço público dependem da vontade política. Também dos eleitos políticos terem entusiasmo por estas questões técnicas, assimilarem conhecimentos, ao invés de sujeitarem a interesses terceiros e tão-só às avaliações dos técnicos municipais, tantas vezes presos a áreas de conforto ou seja demasiado agarrados aos gabinetes e à síndrome do carreirismo na função profissional. -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -

*Eu nem a isso tive direito, estou a devolver o CD pois pode fazer falta para outra pessoa. -----
Quería começar por duas questões. Uma é tranquilizar o Sr. Deputado Ramos, não é o Miguel Ramos é o António Ramos, só para o esclarecer, tentei abrir o CD em 3 computadores e não consegui em nenhum. Foi só isto, não foi mais nada. -----*

Agora ao Sr. Deputado Miguel Ramos, eu não gosto de ver ninguém da minha bancada ser tratado desta forma. Estamos aqui a falar de coisas muito sérias. Estamos a falar dos nós negros do PDM e de facto vemos com uma unidade muito grande entre nós que somos responsáveis para agora e para o futuro sobre o que aqui está a ser aprovado, que é para conseguir regularizar o resto do PDM. Foi uma parte do PDM que foi aprovado, isto agora são as tais nódoas negras. Estou de acordo com o que dizia o deputado Luís Salmonete que muitas destas coisas podiam ter sido resolvidas se o PDM não tivesse sido aprovado à pressa. É justo que tivesse sido assim. Hoje estaríamos a falar de aspetos mais em pormenor e possivelmente de aspetos que merecem muito mais a nossa atenção, de coisas que até preveem acessibilidades, mas depois chocam logo com o bairro a seguir porque não têm continuidade. -----

Creio que de facto teríamos muito a ganhar se tivéssemos feito as coisas atempadamente. Mas continuo a dizer que o trabalho que a comissão apresentou teve esta honestidade foi o de tentar trazer ao conhecimento de todos os senhores deputados o que são as UOPG e onde elas se localizam, porque muitos nem sequer sabem onde é que elas se localizam. Aqui houve um único objetivo foi dar a conhecer a realidade que temos para enfrentar. -----

Apesar de eu não ser letrado nem licenciado nem muitas coisas do género nesta matéria, tenho uma mínima experiência da universidade da vida, mas sei ainda ver algumas coisas e consigo ver algumas questões mal analisadas ou bem analisadas em todo este trabalho. -----

Tecnicamente considero que o trabalho não está nada mal, mas tem questões que mereciam ser corrigidas, não vou falar particularmente em nenhuma delas, hei-de falar na 10, mas a UOPG 10 não está hoje em discussão, mas tem sobretudo, na globalidade, uma vantagem, no mínimo fica qualquer coisa



Assembleia Municipal de Odivelas

regulamentado, deixa de andar tudo à balda, ou ao sabor das conveniências do A ou do B. Assim está regulamentado, mas infelizmente não está regulamentado da melhor maneira. Era isto que eu queria dizer como primeira análise a este trabalho que tecnicamente está bem feito. Politicamente nem tanto.-----

António Ramos, pela bancada do **PS**, fez um pedido de esclarecimento-----

Luís Saimonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"UOPG 12 (ÁREA EMPRESARIAL DE FAMÕES) -----

Aqui temos duas Unidades de Execução a saber: -----

COLINAS DOS CEDROS E POLO EMPRESARIAL POENTE -----

Por falta de tempo vamos só falar sobre as COLINAS DOS CEDROS: -----

A UOPG 12 prevê 9 Unidades de Execução. Esta Unidade de Execução corresponde à Subdivisão 07 da UOPG 12 e chamou-nos particularmente à atenção. -----

A área em estudo tem 54h (segundo os documentos em nosso poder). -----

A Unidade de Execução comporta 3 parcelas com um total de 37.980 m2 e o espaço público remanescente 16.209m2, o que perfaz o total de 54a,, neste caso 5,4ha e não 54ha como vem no documento.-----

A aposta da câmara para a Unidade de Execução em termos de edificabilidade é de 0,85 ou seja o máximo permitido pelo PDM. -----

Para atividade económica é de 0,70 (mas esta área é residual) e portanto não vamos falar sobre ela. -----

Mas coloca-se desde já uma pergunta que é a seguinte: -----

Constando as UOPGS no PDM aprovado no ano passado, a iniciativa para a aprovação desta Unidade de Execução ou Subdivisão como lhe queiram chamar partiu da câmara ou do detentor do terreno? Porque a Lei prevê isso mesmo. -----

Olhando com atenção para os elementos cartográficos verificamos que, na Planta de Uso do Solo (mapa 01) o espaço verde privado ultrapassa em muito o espaço verde público, o que é estranho por um lado mas por outro poderá configurar a construção de um grande condomínio privado.-----

Se estiver errado agradeço a correção respetiva mas com os elementos que temos em nosso poder dificilmente chegamos a outra conclusão. -----

E isto é importante que se saiba, porque para uma zona como Famões com baixos índices de construção propõe-se agora o índice máximo para esta zona, o que é no mínimo estranho -----

Mas certamente haverá uma explicação, aliás, há sempre uma explicação.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

E aqui está o que dissemos anteriormente. Áreas verdes devem para usufruto de toda a população e não só para alguns e francamente não compreendemos esta pretensão, a não ser que haja alguma contrapartida forte que o justifique. Aliás só pode ser isso. -----

Resumindo, gostaríamos de ter uma justificação por parte do executivo relativamente ao que está projetado para este local. -----

Não estamos sequer a insinuar que há um favor a determinada entidade, longe disso, mas que é estranho, lá isso é e não vamos descansar até que se saiba o que se está a passar.” -----

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foi solicitado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Arquiteto António Sousa, para apresentação de um power point sobre as UOPG do Concelho de Odivelas. -----

Retomada a discussão usaram da palavra: -----

Fernando Painho, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Depois desta apresentação que foi feita, fica no espírito de qualquer um de nós esta questão que me parece uma das questões mais importantes. Pois temos praticamente metade do território abrangido por UOPG, mas como é que isto tudo se articula? Como se faz a articulação destes retalhos territoriais que são definidos pelas UOPG? A resposta que parece vir até aqui, pelo menos da exposição que ouvi, é através dos chamados “esquemas diretores”. Mas os esquemas diretores que nos foram apresentados são esquemas diretores parcelares e portanto em minha opinião não respondem totalmente a esta questão. Creio que obviamente que os serviços da câmara desenvolverão esse trabalho, que é um trabalho que tem de ser feito. -----

De entre os objetivos perseguidos com a integração sistémica no planeamento urbanístico das UOPG e Unidades de execução, deve lembrar-se a imprescindível articulação entre as diversas centralidades, desde o nível concelhio ao nível mais restrito de bairro ou de zona. -----

Esta articulação de centralidades (pedra de toque para a construção de um concelho funcional, equilibrado e moderno), inclui necessariamente a definição de uma rede viária compatível e de âmbito concelhio e não pode deixar de medir o impacto das diversas ações urbanísticas sobre os equipamentos e infraestruturas várias existentes e que servem de suporte a um urbanismo que se pretende de qualidade e proporcionador de qualidade de vida a quem aqui reside ou trabalha. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Se assim não se proceder as UOPG serão despojadas em nosso entender da sua real valia e pouco mais serão que um mecanismo facilitador de um urbanismo na realidade comandado pelos interesses privados ao seu ritmo e em claro detrimento do interesse público. -----

Enunciado este princípio que se nos afigura como imprescindivelmente orientador vamos por questões de tempo disponível, adiantar algumas reflexões genéricas sobre as UOPG já avançadas e que podemos ver hoje aqui. Em relação à UOPG 15 (Norte da Ramada 28,6ha, ao que parece a mais pequena, pode ler-se em sede de proposta de plano (pág. 127) e passo a transcrever, em relação à UOPG 15: -----

“Deverão se elaborados estudos de mobilidade e de transporte adequados ao impacto desta intervenção no sentido de promover a melhoria e integração no restante sistema do Município”. -----

Acrescentemos, acrescento, que ao impacto da intervenção referida e que incide principalmente sobre os solos expetantes há que metodologicamente juntar e adicionar os compromissos já assumidos e que igualmente devem interferir na programação urbanística e na medição do seu peso específico sobre operações em causa. -----

Esta nota metodológica deve aplicar-se obviamente a todas as Unidades Operativas. -----

Assim sendo, (nós chegámos a cerca de 200 fogos, o Sr. Arqtº Sousa falou em cerca de 185, a diferença são 15 fogos) aos 185 fogos previstos para solos expetantes urbanizáveis e à área para atividades económicas há que juntar os compromissos já assumidos nos quais se contam 1,8ha de espaço urbano definido como consolidado nível 1 e 2,2ha de espaço urbanizado consolidado nível 2 os quais (pensamos) poderão conduzir a mais cerca de 68 fogos a construir. Corrijam-me se estes números estiverem completamente disparatados. -----

Tudo somado, os números conduzem-nos ao acréscimo de cerca de 270 fogos. A questão que se nos coloca é a seguinte: Será muito? Será pouco? Será a aceitável? Como é que medimos se é aceitável ou não é? -----

Gostaríamos sobre esta unidade operativa em concreto deixar as seguintes notas: -----

1ª é respeitante aos espaços verdes de enquadramento os quais confinam em grande medida com o IC22 e se concretizam em taludes, e impossibilitam a sua utilização. E aqui a minha observação e cálculo diverge dos cálculos feitos pelo Sr. Arqt.º Sousa, e acompanho os comentários feitos pelo deputado Luís Salmonete. -----

A Norte de um dos depósitos de água e a Sul de outro o verde de proteção e enquadramento vai situar-se precisamente em terrenos municipais. -----

2ª A Este do IC 22 surge a proposta de edifícios de 4 pisos e pouco se entende da forma como o tecido urbano foi prolongado para Sul. Assim sendo parece claro que os limites desta UOPG 15-A foram definidos a partir da dinâmica privada: ou seja a UOPG tem como limite a área correspondente aos interesses de um só privado. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(P)

[Handwritten signature]

3ª Quanto ao argumento que aqui já foi aduzido nesta assembleia que é se esse território Este teria como vantagem o "cozer" um território dilacerado por uma via rápida, penso que tal argumento deve ser utilizado com cuidado pois para fazer a ligação desses dois territórios seria sem dúvida indispensável a existência de uma ligação viária a qual não está obviamente prevista. -----

No planeamento urbanístico do Concelho em nosso entender a definição de articulação das diversas centralidades parece ser uma questão decisiva para a qualidade de vida, daí que insistamos nela. -----

Do nosso ponto de vista seria positivo (e aqui falou-se de vários tipos de centralidades e é mesmo assim há vários tipos de centralidades). Gostaríamos de fazer uma sugestão, que é a seguinte, que se elaborasse uma carta conceíhnia síntese das diversas centralidades já equacionadas. Tal carta, estamos em crer, daria um importante contributo para a análise das operações urbanísticas em sede de cada duma das UOPG. Teria ainda a vantagem de articular essas unidades com as centralidades já existentes e de tornar mais fácil a leitura dos seus impactos. -----

Como sabemos a maioria PS/PSD que preside ainda aos destinos do Município, defendeu em sede de discussão do PDM, que afinal Odivelas não era um Concelho muito betonizado. Daí teria talvez concluído que o aumento dos índices urbanísticos era uma questão menor. Como sabem, discordamos em absoluto desta análise a qual não resiste a uma qualquer fotografia panorâmica, tirada de qualquer ponto deste concelho. -----

O modelo de gestão baseado na contínua expansão de áreas construídas faliu. Se somarmos os compromissos assumidos com as propostas que se retiram do desenvolvimento das UOPG então não será difícil concluir que o que se espera é que venha aí mais betão. -----

Aqui afirmamos que o futuro desmentirá esta miragem do sucessivo crescimento urbano pois a realidade económica e social do País se encarregará de mostrar que quase tudo ficará no papel. -----

Podemos prever solos e licenciamentos para duzentos e tal fogos para o norte da Ramada. 870 fogos na Póvoa. 645 para Famões; 370 na Arroja ... e por aí fora, (os números não são exatos, como é óbvio). -----

Na realidade o que acontecerá é apenas o aumento dos direitos adquiridos pelos privados sobre o território concelhio. Enquanto isto vai decorrendo podíamos perguntar (olhando para o território já construído) se não valeria a pena equacionar um parque central verde devidamente equipado para os terrenos anexos ao Mosteiro de S. Diniz. Não valeria equacionar a utilização em conjunto de toda aquela zona construída? -----

Podíamos perguntar-nos se todo aquele equipamento e solo disponível não serão a derradeira oportunidade para dar alguma qualidade de vida a uma freguesia altamente betonizada como é a de Odivelas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P

Podíamos perguntar-nos se não temos ali a hipótese de redefinir uma forte centralidade estruturante para todo o Concelho. Se traçarmos um círculo com o raio de 1km com centro na área do Mosteiro perceberemos muito bem a forte centralidade daquele território. -----

Luís Santos, pela bancada do BE, -----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, pela bancada da CDU proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

"Começo por lembrar que não vivo da construção, pessoalmente não tenho interesse nenhum em que haja ou não mais construção, não faço parte de nenhuma administração conjunta, não sou projetista, estou aqui unicamente a discutir política em nome da população. -----

Quem me conhece sabe que não deixo passar a descoberto qualquer situação que mereça ser denunciada. Não deixo. Foram aqui ditas coisas que ofenderam representantes eleitos pelo povo, até podia não saber fazer contas, mas foi eleito pelo povo, tem que ser respeitado. Infelizmente as pessoas não percebem que para ser deputado ou político não tem que ter uma licenciatura. Não entro por aí, porque quando querem atingir o meu Partido, a essência do meu Partido, a história do meu Partido, dos militantes do Partido Comunista Português, estejam certos que não deixarei passar nada. Virem para aqui com ameaças ou interesses pessoais, nunca me calarei, esteja ou não eleito. -----

Como sabem tenho de Ramada 27 anos, tive muitas vezes no meu gabinete o Sr. Caracol e Filhos, fui muitas vezes pressionado para influenciar a CM Loures para permitir que se construísse em frente aos terrenos onde hoje está a EB1/JI dos Apréstimos, hoje denominada como UOPG 15. Muitas vezes fui pressionado. Ele construía em baixo e dava os terrenos em cima, mas nem mesmo assim foi permitido os níveis que estão agora a ser permitidos. Portanto tenho que dizer aqui que andámos muito para trás. Quem comprou ali, na urbanização do Jardim da Amoreira, que irão ficar tamponados em termos de vistas com edifícios de 3 ou 4 pisos, considero isto um recuar, uma afronta à história dos que vieram aqui falar do concelho de Loures. -----

Ainda mais, vão colocar como zona verde um declive, em rocha em que não se poderá ali fazer nada, nunca poderá ter ali uma árvore? Só dará mato! Então e aquela zona atrás dos prédios, junto ao IC 22, alguma vez é zona verde? Que utilidade é que aquela zona terá para a população? Até contam a área que está vedada que é das servidões, querem enganar quem?-----

Com esta UOPG estamos a condenar o futuro, o cimento e a anarquia que sempre criticámos vai voltar. Choca-me o que estão a fazer com o ordenamento do território. Não contem connosco! -----



Assembleia Municipal de Odivelas

José Miguel Ramos, pela bancada do **PS**, fez uma intervenção em defesa da honra -----

Luis Santos, pela bancada do **BE**, teceu considerações sobre a gestão do território-----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, referiu o trabalho desenvolvido pela Comissão -----

Joaquim Campos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: ---

Por vezes há uma coisa que me começa a aborrecer nesta assembleia é que de vez em quando é preciso ir buscar Loures para justificar o que agora não se faz em Odivelas. Só vos lembro que daqui a 10 anos vocês, se continuarem a ganhar eleições, já têm mais anos de mandato em Odivelas que a Câmara de Loures com a CDU e esquecem-se do que o vosso camarada Carlos Teixeira deixou em Loures durante os 12 anos que lá esteve. É bom que olhem para isso também. E posto isto, porque não sou nem engenheiro nem doutor, provavelmente porque os meus pais não puderam, não é porque não sou mais inteligente que vocês. Aqui sou deputado municipal como todos os doutores e engenheiros que aqui estão. Posto isto, vou fazer uma pergunta como Deputado Municipal. Com a responsabilidade que todos nós temos para com as pessoas que nos puseram cá. Acho que os técnicos municipais fizeram um belíssimo trabalho, penso que tecnicamente o trabalho estará bem feito, e acredito nisso, acredito também nas intervenções dos engenheiros que por aqui passaram, os que falaram mais tecnicamente no assunto, e como leigo, o que quero perguntar ao executivo, nestas 20 UOPG quais foram os critérios que levaram a escolher estas e se esses critérios tiveram ou não por trás alguns compromissos assumidos para a câmara ter escolhido estas 3 UOPG. Isto por uma simples razão, outras zonas irão perguntar porquê aquelas e não nós aqui? Por isso gostava de saber quais foram os critérios? Foi uma questão que ainda ninguém falou? Quais foram os critérios para escolher estas 3 UOPG em 20 e não outras quaisquer? Quais os motivos concretos, objetivos, concretamente em relação a compromissos assumidos? -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, enalteceu o trabalho desenvolvido pela Comissão -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Boa noite a todos. Antes de mais gostaria de dizer ao plenário, penso que saberão, eu sou a única voz feminina na comissão, isso não me traz nenhum privilégio nem menoriza nem traz nenhum valor acrescentado, apenas para dizer que entrei nesta comissão a meio do mandato em substituição de um outro membro da bancada e entrei mais ou menos quando a comissão ia começar a fazer o trabalho das UOPG. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Este não é para mim um assunto completamente desconhecido porque estive 4 anos, no mandato anterior na comissão de ambiente, e fizemos um trabalho semelhante embora que a outro nível. -----

Posto isto, gostava de dizer que o trabalho foi bastante frutuoso e, discordando completamente da intervenção do Dr. Edgar Valles, já lho disse pessoalmente, devo dizer que as comissões, pelo menos para a bancada da CDU, não são para as senhas nem para fazer de conta, nunca. Aliás, em parenteses devo dizer que neste mandato as comissões perderam 1 reunião, perderam o apoio da SAOM e isso dificultou a qualidade do trabalho, não o impediu e toda a gente sabe e eu manifestei-me contra, deixei em ata, logo nas primeiras reuniões que as comissões perderam qualidade de trabalho. Isto é um parenteses, possivelmente para refletirmos melhor sobre o trabalho desenvolvido pelas comissões e para decisões que são tomadas em sede de elaboração de regimento. Que fique a constar que logo no início eu disse que isto seria um erro de procedimento. -----

Em relação à comissão, de facto o coordenador fez um trabalho de insistência em relação a estas questões, a verdade é para ser dita, e mesmo antes de haver PDM e de se pensar nestas questões e como membro desta comissão e como acompanhante dos trabalhos do PDM pediu várias vezes nesta assembleia, informações à câmara e foi dizendo por várias vezes, umas implicitamente outras explicitamente que não lhe eram dados os documentos solicitados. Foi pedida muitas vezes a carta de compromissos para o território antes de haver PDM, e nunca veio à nossa mão, à mão da assembleia não veio. -----

Este trabalho das UOPG demonstra hoje que para cada uma podíamos marcar uma assembleia extraordinária, para se poder discutir ao pormenor cada uma das UOPG. -----

Dizer também e dar os parabéns ao Carlos Lopes, que como 1º secretário da comissão fez o trabalho de compilação do power point que estivemos a ver. Como membro da comissão, solicitei que vissemos previamente o power point na comissão, para podermos ver o modo de apresentação, o seu conteúdo, para termos uma noção do que ia ser apresentado aqui, e assim foi feito e fizemos algumas sugestões. Como membro da comissão considero que a comissão fez o que pode, com os meios que teve e dentro de todos os constrangimentos. -----

Ainda assim é importante trazer a este fórum a discussão do território. Hoje de manhã disse na comissão que deveria ser dado em papel, a cada membro desta assembleia, um exemplar do power point que acabou de ser passado. Para quem está é uma coisa mas para quem não está... Não me parece bem que no fórum político que nos encontramos, em que a política deve ser o cerne da questão, nós desviemos para minorizar pessoas que possivelmente gostariam de fazer perguntas de como vai ficar a minha rua, como vai ficar a minha casa, mas se eu perguntar vão-me responder que eu não percebo nada disto porque não sou arquiteto nem engenheiro e muito menos doutor e por aí adiante. -----

As pessoas podem não perceber nada de projetos, podem não perceber nada de plantas, mas sabem



Assembleia Municipal de Odivelas

onde moram, o que à sua porta está, conhecem o Barruncho e perguntar-se-ão o que ficará a minha rua, e isto é política. Isto não é discussão técnica. -----

Não tenho nada contra os técnicos, dou os parabéns aos técnicos da câmara, o trabalho técnico é muito bom, mas não vou por aí. A minha intervenção aqui é estritamente política e é aí que quero centrar a minha intervenção. -----

Agradecer ao Sr. Coordenador e a todos os membros da comissão por me aturarem também na comissão e com os meus modestos contributos para o trabalho que a comissão fez, que me parece importante, aliás considero que todas as comissões assim o deviam fazer, trazer à assembleia e discutir aquilo que fazem no terreno, esta foi sempre a minha opinião.-----

Falemos então de UOPG. -----

Do que estamos aqui a falar, e acho que sim, que devemos voltar, de como gerimos o nosso território. Poderemos ir até aos invasores, depois poderemos ir até D. Afonso Henriques, mas do que estamos aqui a discutir é do território, poderemos ir até aos reconquistadores, poderemos continuar assim e recuar até ao Condado Portucalense perguntar porque tu ó filho lutaste com a tua mãe para poderes ter um reino e ires ao papa seres reconhecido como rei do reino de Portugal. Poderemos recuar o que quisermos para este retângulo à beira mar plantado, falamos hoje de território e falamos o que nele fazer, a seguir aos conquistadores, damos um salto na história e chegamos à era dos "patos bravos". E os "patos bravos" não são herança do 25 de Abril, não creio que venham de expresso de Loures, não são com um carimbo expresso da CDU ou do PCP. Os "patos bravos" são aqueles que migraram muitas vezes da zona centro ou norte de Portugal, vieram para a periferia da capital e instalaram-se em zonas onde puderam comprar quintas ou talhões, na altura em que bastava ir à Conservatória do Registo Predial e dizer que "comprei um talhão neste prédio rústico que agora é meu", isto antes de termos uma coisa chamada, Código do Registo Predial que identificava e a dificuldade que é no país inteiro mapear hoje os prédios no terreno. --- Falamos de território, com os "patos bravos" vieram também os oportunistas que compraram avos, que compraram quintas que depois mais ou menos (estou a falar do país meus senhores, não estou a falar de Odivelas, estou a falar de todo o país, obviamente mais das zonas metropolitanas, estou a falar de forma metafórica) compraram avos, conseguiram com mais ou menos influência política fazer loteamentos, venderam lotes, muitos ficaram com lotes com muito valor comprados, quantas vezes ao "preço da chuva". Vieram os oportunistas, retalhou-se o território e Odivelas está aí. Odivelas está neste pacote, está no pacote das AUGI, da construção ... e depois acontece o 25 de Abril, com tudo o que tem de bom para a liberdade neste país e também para as pessoas aspirarem a ter uma coisa sua, uma casa! Num país onde poucos foram proprietários, a maioria era arrendatário, a maior parte agregados nas quintas dos latifundiários viviam na casa do patrão, não tinham uma casa e aparecem as áreas de génese ilegal, as famosas AUGI que hoje dão para tudo e mais alguma coisa. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

E é neste território assim que aparece o PDM. Antes de termos um PDM em Odivelas, disse-o aqui várias vezes, o que temos é uma política de atraso do PDM para com base no PDM de Loures fazermos gestão do território “à la carte”. Disse-o e assumo-o. Porque ao abrigo do PDM desde 2005, traziam-se aqui intervenções pontuais no território. -----

Feito o PDM em Odivelas, provavelmente com muitos anos de atraso, sem nunca termos visto a carta de compromissos, votado como foi, aí está resultaram zonas de intervenção que não estão sequer contempladas de modo eficaz no PDM. -----

E chegamos às UOPG. O que temos aqui? Temos uma intervenção mais fina, cirúrgica em áreas do território. -----

E a maneira de gerir o território é política pura e dura, política que nós podemos olhar agora para um modelo mais recente e mais moderno, com uma visão moderna em que o Estado centralizado é mais descentralizado uma definição e salvaguarda do interesse público com relevância do conhecimento técnico e com formalidade legal, uma visão mais neoliberal, a desregulamentação, a subalternização do interesse público face aos interesses particulares, desvalorização da atividade social do planeamento, ou então uma visão neomoderna a visão da governança da descentralização, democratização e participação. O interesse público em si mesmo conversado com as pessoas, com a legitimação, procura de consensos e de negociação, e termino fazendo uma pergunta ao executivo. O trabalho técnico é excelente com certeza, a necessidade de UOPG, o PDM e o território demonstraram-no, a pergunta é: Para além da questão formal de levantar a discussão pública, que é a lei que obriga, eu pergunto – que reuniões vão ser feitas no terreno com as pessoas que vão ser intervencionadas na sua vida, na sua casa, na sua rua, com as UOPG?” -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

“Dada a palavra ao Sr. Presidente e referindo-se ao aumento do número de alunos no Concelho de Odivelas, esclareceu que a Carta Educativa é um processo dinâmico e que o Conselho Municipal de Educação reúne regularmente, “nada do que aconteceu neste ano escolar era expectável, há um ano atrás, quando se perspetivou a rede escolar, estava-se na iminência de encerrar escolas do primeiro ciclo no concelho de Odivelas”. Contrariamente a estas previsões, no final do mês de agosto existiam por criar três novas turmas do 1ºCiclo de Ensino Básico, tratando-se de escolaridade obrigatória, tinham que se encontrar soluções, o que pressionou ainda mais os Diretores dos Agrupamentos. Explicou também que nesta matéria “a responsabilidade primordial é da Direção dos Agrupamentos, que têm que pedir autorização à posteriori à Câmara Municipal, para autorizar esses novos regimes. Os Diretores dos Agrupamentos socorreram-se da Câmara, muitos deles aflitos, não tiveram férias. Os alunos apareciam de



Assembleia Municipal de Odivelas

todos os lados, os principais motivos foram a retirada de alunos das escolas privadas para a escola pública, o retorno de muitos imigrantes do Brasil, Índia, Angola e Guiné, um terceiro motivo prendeu-se com alunos filhos de residentes no Concelho de Odivelas que frequentavam externatos ou escolas com contratos de associação fora do concelho e que com o final dos contratos de associação regressaram ao local onde residem, por fim, face à alteração das regras de colocação dos alunos, houve uma procura inesperada pelo concelho de Odivelas, pelas nossas escolas e jardins-de-infância".-----

Informou também que nos três últimos anos, foram constituídas dez novas salas de jardim-de-infância, "era para aí que estava vocacionado o nosso objetivo, as diretrizes que tínhamos os dados demográficos, as reuniões da Rede realizadas com o Ministério da Educação, e acima de tudo, com todos os parceiros". Foi também construída uma nova sala de jardim de infância na Escola do Casal dos Apréstimos, despendendo-se na construção dessa sala mais de 15.000,00€, o que proporcionou a entrada de novos alunos, com a criação de mais uma turma.-----

Reiterou que a partir de agosto surgiram mais 273 novos alunos, representando mais dez turmas do que no ano anterior, uma situação completamente inesperada, completamente atípica, reconhecida pela DGEST, pelos diretores dos agrupamentos, e pela Câmara Municipal. De acordo com os dados existentes, tudo apontava no sentido de apostar no jardim de infância, "estando já a equacionar-se o futuro que seria dado às escolas do plano centenário e às escolas antigas, porque teríamos de lhes criar outra vocação, porque os números da demografia que tivemos no nosso país estavam em declínio e queda". -----

Quanto à construção do Complexo Básico Integrado da Escola dos Castanheiros, que a Câmara Municipal irá assumir e que candidatará aos fundos comunitários, informou que a mesma partiu duma proposta apresentada pelo Diretor do Agrupamento que considerou desnecessária a construção da escola que estava programada, visto Caneças estar a perder alunos todos os anos.-----

Informou também que esta situação atípica não se circunscreveu unicamente ao concelho de Odivelas, aconteceu em vários concelhos como Mafra, como Cascais, e tantos outros concelhos que se deparam com enormes dificuldades. -----

Esclareceu que soluções criadas como a da "Escola Bernardino Ribeiro, foram-nos apresentadas pelos diretores dos agrupamentos, e que inevitavelmente tivemos que dar um parecer favorável, embora não concordássemos com elas" e que existe "a consciência de que não conseguimos construir escolas no período de 9 meses, porque o orçamento municipal está fechado, porque não existem fundos comunitários para este tipo de investimentos". -----

Prosseguiu afirmando que, "o ideal, o desejável para onde queremos caminhar, é que todas as escolas estejam em regime normal, porque é o normal, foi o desígnio, foi o objetivo desta Câmara". Sendo que atualmente das trinta Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, conseguiu-se minimizar para que apenas 5 escolas estejam a funcionar com turmas regime duplo, não sendo o desejável, mas o necessário face à impossibilidade de outras soluções. "Aquilo que vos garanto é que teremos que perceber o porquê da



Assembleia Municipal de Odivelas

atipicidade da situação deste ano, estamos a falar de mais de trezentos novos alunos face às razões que evoquei, e dizer que nós não estávamos preparados, porque não tínhamos indicadores, e que a grande preocupação dos diretores de agrupamentos era o encerramento progressivo de alguns equipamentos".---
Em conclusão afirmou que a Câmara Municipal de Odivelas teve este ano que resolver a situação da melhor forma possível, sob proposta dos agrupamentos de escola, "todos somos vítimas das circunstâncias, todos somos vítimas deste abrupto aumento de alunos". A Câmara possui "relatórios quase diários do aumento do número de alunos, os Diretores das Escolas viveram a situação", e "foi da parte da Câmara que tiveram a compreensão, o auxílio e o apoio, para resolver as situações que iam aparecendo diariamente com novos alunos".

"Em janeiro verificar-se-á se esta é uma tendência para continuar, se assim for ter-se-á que tomar medidas extraordinárias porque são situações extraordinárias e terão de ser equacionadas com as escolas. Vamos esperar para ver, estamos precavidos, a limite teremos a situação que temos, 5 escolas neste regime. Tudo o que conseguirmos melhorar, é o nosso compromisso, tudo faremos por isso".

"Quero pedir por isso a vossa compreensão, dizer que estamos do vosso lado, compreendemos as vossas razões, a educação sempre foi para nós, um elo fundamental no desenvolvimento do concelho, um eixo fundamental da promoção da igualdade de oportunidades e da cidadania no nosso concelho, por isso o meu muito obrigado pelo vosso contributo, registei com atenção e muito obrigado pela vossa presença".

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada ao **Sr. Presidente da Assembleia** o uso da palavra para o **Sr. Vereador Paulo Cesar Teixeira**, prestar os esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcrevem:

"Se o Sr. Deputado Painho, fizer a gentileza, em tempo de poder consultar as reuniões de me dizer em que reunião, onde é que disse e quando disse, eu quando cá vier, venho pedir desculpa porque me enganei, mas gostava que admitisse que na posse dos dados também se enganou e enganou-se muito. ---"

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, - proferiu uma intervenção em defesa da honra que seguidamente se transcreve:

"Sr. Presidente, esta figura de defesa da honra, não me é particularmente grata, mas efetivamente senti-me ferido com as afirmações do Sr. Vereador Paulo César. Fiz umas contas por alto, cheguei àquele número, mas eu não tinha os documentos todos. Pus aqui a questão na assembleia, à qual o sr. Vereador reagiu de uma forma ainda mais emotiva que hoje. Na sessão passada solicitei os elementos e disse que os iria ver mais em pormenor, e foi isso que fiz. Com os elementos na minha posse, fiz as minhas contas, como sabe nestes documentos não estão definidos fogos e eu defini-os por minha alta recreação e de



Assembleia Municipal de Odivelas

facto cheguei a um número próximo do número definido pelos serviços. Não há aqui nenhuma desonestidade intelectual. Aliás era a última coisa que pensava que poderia vir da sua parte era falar nalguma desonestidade intelectual. Já agora Sr. Vereador não terei sido o único a dizer números errados sobre as Granjas. O Sr. Vereador numa reunião de câmara, tanto quanto sei, também terá falado em trezentos e tal fogos, também estava enganado tal como eu e não me passa pela cabeça falar em desonestidade intelectual. Obrigado."-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção em defesa da honra que seguidamente se transcreve: -----

"Quero só clarificar que não chamei, nem sequer tive o topete de chamar, a qualquer urbanizador ou construtor de "pato bravo". Se o sr. Vereador entendeu (às vezes quanto mais falamos menos percebemos ou menos entendemos) se percebeu o encadeamento da minha, talvez pouco clara intervenção, é que desde o D. Afonso Henriques até aos anos 60, onde ainda não havia 25 de Abril sequer, muito menos talvez se falasse em urbanizador assim pomposamente, eu disse que migraram, de uma área muito específica de origem das migrações, Tomar, quem não conhece um construtor que tenha vindo trabalhar para a Carris e se tenha lançado por exemplo na construção, mantendo-se a trabalhar, por exemplo na Carris, Tomar, mais acima, Ferreira do Zêzere, Castelo Branco, quem não conhece? Se não conhecem, a história está aí é ler as migrações de Portugal, João Ferrão e ficam a saber. Portanto o que eu disse foi, na altura dos anos 60 vieram "os patos bravos" e depois acoplados a eles vieram os oportunistas, não disse Sr. Vereador que qualquer urbanizador seja pato bravo. Posso ter sobre o território uma visão diferente, achar que o interesse público se deve sobrepor ao privado, que as câmaras devem defender o interesse público e não estarem amarradas ao privado, e falei do País. Olhe para a Amadora, Almada, toda a zona metropolitana e vai encontrar esta realidade."-----

Espero que agora diga que não percebeu bem, para a sua honestidade intelectual ficar sem mácula."-----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção em defesa da honra, que seguidamente se transcreve: -----

"Fico espantado com a reação do Sr. Vereador Paulo César, mas ele não disse tudo, porque se esquece que quando se deu o 25 de Abril quem aprovava as urbanizações era Lisboa, era central, eu vivo num bairro, que é a Quinta do Mendes que foi aprovada antes do 25 de Abril, só fui morar para lá muito depois. O Sr. Vereadora deve saber também que a seguir ao 25 de Abril houve uma Comissão Administrativa, depois houve as eleições e foi para lá o Eng.º Riço Calado, do PS, que nunca ninguém fala nisso, depois



Assembleia Municipal de Odivelas

*deitaram a câmara abaixo e foi para lá o sr. Simenta Mordido, do PS, que aprovou e licenciou urbanizações que a CDU não aprovava, nomeadamente na Arroja e junto à ribeira, no Casal da Granja, foi tudo aprovado, precisamente tudo o que a câmara APU, na altura, não aprovava. -----
Recordo-me que quando foi elaborado o PDM, foi feito a partir da base, houve jornadas, discussão coletiva com as forças vivas do concelho. Não havia uma urbanização que fosse aprovada sem a auscultação e discussão com o presidente da junta. Hoje qualquer "chafarrica", por exemplo uma simples esplanada é construída sem que seja dado conhecimento ao presidente da junta ou à junta de freguesia. -
Quanto à UOPG das Granjas Novas de Cima, ainda tenho lá o processo do que o Sr. Caracol e Filhos queria lá fazer. Ele queria dar o terreno do cima e construir da parte de baixo. Por isso choca-me retroceder 20 anos com a concretização desta UOPG."-----*

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

"Dada a palavra ao Sr. Presidente o mesmo afirmou que "aquilo que nos move é dar continuidade à qualificação do nosso território, que hoje é reconhecido pela sua qualidade ao nível das acessibilidades, pelos seus méritos ao nível da reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, pela qualidade do seu património habitacional, reparem que as grandes urbanizações de que se fala hoje são um local apetecível e onde não existem praticamente fogos para venda, é sinal que foi um urbanismo planificado, planeado, e que mostrou interesse por parte das pessoas, e por isso estas questões não são tratadas com ligeireza nem com levandade por parte do Executivo Municipal, portanto após aprovarmos o PDM, estamos de forma afincada, de uma forma responsável, unidade a unidade com toda a transparência, neste processo e sempre em colaboração com os Srs. Deputados Municipais e com a população para dar todas as explicações, de quais são os objetivos, de qual é o rumo, e de qual é a estratégia que nos move em requalificar, em dar qualidade aquele que já é um dos concelhos com mais reconhecida qualidade na área metropolitana de Lisboa". -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, fez um pedido de esclarecimento -----

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** do uso da palavra para o **Sr. Vereador Paulo Cesar Teixeira**, para defesa de honra-----

"Eu apenas mostrei a minha disponibilidade pela segunda vez em ir à Comissão, mas caberá à comissão achar quando é oportuno, mas a minha disponibilidade total, e os técnicos também não precisam de mim



Assembleia Municipal de Odivelas

para ir à comissão, podem sempre que os senhores deputados quiserem, alias tenho muito gosto nisso, porque é um trabalho de grande valor haver essa hipótese de haver esclarecimentos técnicos despolitizados dessa matéria, dar nota sobre a Colina dos Cedros, como sabe o Sr. Deputado naquela área há uma necessidade construir uma infraestrutura que é uma via de 2 + 2 que vai descongestionar o trânsito que hoje passa à frente das capelas mortuárias e juntamos duas vontades que são importantes a vontade de urbanizador em cumprir o que o PDM permite construir naquela zona e a nossa vontade de exigir que ele conclua aquela infraestrutura que é determinante para a mobilidade. -----
A contrapartida é essa, a construção da via na sua totalidade, que fará o trânsito desviar diretamente para a via que está atrás do cemitério que hoje é pouco utilizada para o trânsito entrar na via ao lado da GALP que é uma via que tem duas entradas ao passo que aquela que passa junto das capelas mortuárias só tem uma entrada e cria muitas dificuldades" -----

Pelo **Sr. Presidente Assembleia**, tendo sido aprovada por unanimidade foi colocado à votação a retirada dos restantes pontos para uma próxima Sessão de Assembleia -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h15m dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pela 1.ª Secretária e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pela 2.ª Secretária e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

A 2ª Secretária: -----